

## **OS ARQUIVOS DA REPRESSÃO NO MARANHÃO: O DOPS e a Vigilância**

Direcionada ao Comitê Maranhense de Solidariedade ao Povo de El Salvador

MANOEL AFONSO FERREIRA CUNHA<sup>1</sup>  
manuel\_afonso\_@hotmail.com

### **1. Considerações Iniciais**

O objetivo deste trabalho é trazer luz a discussão em torno da vigilância direcionada pela sessão estadual da Delegacia de Ordem Política e Social aos membros da diretoria do “Comitê Maranhense de Solidariedade ao povo de El Salvador”, tendo por base os documentos produzidos e/ou arquivados pelo DOPS/MA, e que atualmente se encontram disponibilizados para pesquisa no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). Nesta análise, busca-se avaliar, ao mesmo tempo, a repressão e a resistência presentes na figura do comitê de apoio ao povo salvadorenho existente no estado do Maranhão no início da década de 1980. Para isso, é de suma importância atentar para as principais correntes da historiografia sobre o golpe militar, além de destacarmos o papel da doutrina de segurança nacional e da funcionalidade dos arquivos para o estudo da História Contemporânea Brasileira.

Trabalhar com os arquivos da polícia política é um dos grandes desafios aos que se dispõem a estudar a História do Tempo Presente no Brasil. Haja vista que analisar um dos principais braços repressores do Estado, não só na ditadura militar, que é o foco deste artigo, mas também ao longo do mundo moderno, requer cuidado e atenção. Investigar fatos que estão bem próximos do nosso dia a dia, em que muito dos atores dessa “história” ainda estão vivos, e parte deles atuando no cenário nacional, torna-se delicado e muitas das vezes suscetível a críticas.

Todas essas nuances não deixam de barrar uma forte tendência da historiografia brasileira em se trabalhar com objetos relativos à contemporaneidade. O abandono da noção de passado estático e finalizado, existente na História do Tempo Presente, está conseguindo

---

<sup>1</sup> Graduando do 7º Período do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do NUPEHIC (Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea). Bolsista FAPEMA pelo Projeto de Organização, Indexação, Informatização e Publicização do acervo documental sobre História Contemporânea presente no Maranhão. Orientando da Prof. Dr. Monica Piccolo Almeida, professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

dar resposta a questões que antes dificultavam a execução de trabalhos nessa área. Um exemplo é o debate em torno das disponibilidades em torno das fontes documentais, tidas como raras (inacessíveis e enclausuradas em arquivos que há tempos atrás tolhiam a pesquisa acadêmica) e, ao mesmo tempo, abundantes (maior quantidade e diversidade).

Nesse contexto de universalização da noção de historicidade, de democratização e dilatação da História, encontramos pesquisas relacionadas à ditadura civil-militar, período funesto da história recente do nosso país. Portanto, as pesquisas referentes à época em que o Brasil viveu sob um estado de exceção<sup>2</sup> devem ter forte compromisso com a comunidade acadêmica e principalmente com a sociedade brasileira, visto que muitas fontes ainda não foram esmiuçadas e inúmeras questões também não foram resolvidas.

## 2. O golpe em diferentes perspectivas

No Brasil, a pesquisa sobre a história recente tem caráter inovador e nos últimos anos passou a ter destaque uma forte tendência de rompimento com o passado, e é nessa atmosfera que os estudos republicanos ganham difusão na academia. Mas nem por isso, podemos nos desfazer e/ou deixar de destacar referências tradicionais que buscaram analisar o período da ditadura civil-militar em nosso país.

Do ponto de vista ideológico, não é raro encontrarmos abordagens que se basearam na essência personalista que motivara o golpe de 1964. Tanto na esquerda, que enxergava na figura do até então presidente João Goulart um burguês de massa com personalidade vacilante, e na direita, que viam em Jango um homem demagogo e corrupto, procurava-se afirmar que o regime instaurado na década de 1960 “teria ocorrido devido à falta de talento de um único indivíduo.”<sup>3</sup>

No entanto, existiram aqueles que procuraram se fundamentar a partir das superestruturas, é o caso dos pesquisadores que associaram o golpe civil-militar com o

---

<sup>2</sup> Formas totalitárias como fascismos, ditaduras militares ou bonapartismos, constituem nas sociedades ocidentais formas específicas de Estado de exceção, diferente das formas democrático-parlamentares. (POULANTZAS, 1985: 83)

<sup>3</sup> FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs) **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 346.

colapso do populismo. Octavio Ianni credita à instauração do estado de exceção a derrocada do modelo agroexportador, que tinha no padrão de acúmulo de capital a existência de um desenvolvimento nacionalista alicerçado na parceria com as empresas estrangeiras. Fernando Henrique Cardoso e Guilherme O'Donnell afirmavam também a necessidade de gestões autoritárias para coordenar o processo de acúmulo de capital, ou seja, destacava-se a estreita relação entre industrialização e autoritarismo.

Porém, ainda existam aqueles que supervalorizam o caráter conspiratório do capital, ou seja, a busca por uma explicação externa para a destituição de Goulart e a chegada dos militares aos poder. Portanto, havia um enfoque na aliança entre os grupos sociais conservadores de dentro do país com a influência externa norte-americana. Porém, há de se apontar que essa linha interpretativa acaba por desconsiderar o conflito entre as classes e frações de classes no Brasil.

A discussão sobre o golpe de 1964 transcende as discussões relativas ao caráter personalista ou aquele baseado nas grandes estruturas. É importante também apontarmos as diferenças de pensamento enquanto a essência do golpe, daqueles que o elaboraram e de quem assumiu os cargos de poder após a saída de João Goulart da presidência do Brasil.

O fechamento dos partidos políticos, o enfraquecimento do congresso nacional e a repressão violenta em todas as escalas contribuem para afirmar que “se a preparação do golpe foi de fato civil-militar, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares” (FICO, 2004:38). Assim, a inserção dos militares na ação de polícia política pôde ser percebida através da progressiva institucionalização dos aparatos repressivos.

A agitação presente na sociedade civil podia ser vista com a consciência de classe de grande número de trabalhadores, a “efervescência trabalhista se produziu, aos olhos da direita, numa ameaça a classe dominante e ao imperialismo” (GORENDER, 1987: 16). Neste sentido, “as forças armadas foram acionadas para operar transformações cirúrgicas na estrutura política brasileira” (SODRÉ, 2010: 473).

Alfred Stepan destaca a quebra do padrão moderador durante a ditadura militar. Em sua obra intitulada *Os Militares na Política*, analisa-se o protagonismo das forças armadas, visto que a postura dos militares (reestabelecer a ordem e voltar para os quartéis) é modificada. A

singularidade estava no fato de que, na década de 1960, os militares se sentiam intensamente ameaçados pela ineficiência das instituições civis.

Em contraposição a esta linha de análise anteriormente citada, encontramos pesquisas denotam protagonismo para os civis no golpe de 1964, sob o argumento de que a ditadura não teria logrado êxito em seu início sem que houvesse ampla aceitação das bases sociais internas do país. Isso é bastante perceptível no trabalho de René Armand Dreifuss ao analisar a participação central do complexo IPES/IBAD no processo de desgaste do governo Goulart e de instauração do golpe ao identificar os membros pertencentes a essas agências, e que depois viriam fazer parte da ossatura material do Estado Restrito<sup>4</sup>.

### 3. A Frente Farabundí de Libertação Nacional – FLMN

A ameaça comunista na América latina tornou-se mais latente em 1959, com a revolução cubana liderada por Fidel Castro, que acabou por empurrar muitos exércitos firmemente para a direita, e um dos casos aconteceu justamente no Brasil. À resistência implementada pela esquerda durante o período da ditadura civil-militar apresentou nuances, em alguns momentos a oposição se apresentava de maneira consistente, mas em outras situações a repressão estabelecida para com os contestadores da ordem vigente se mostrou muito violenta e eficaz.

Neste contexto de resistência da esquerda, temos a criação, no ano de 1982, em São Luís do Maranhão, do “Comitê de solidariedade a El Salvador” com o intuito de prestar apoio a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FLMN), uma organização de esquerda que lutava contra o governo de José Napoleón Duarte, que havia se aliado a junta militar que em 1979 derrubara o general Carlos Humberto Homero da presidência do país.

---

<sup>4</sup> O conceito de Estado para Gramsci sofre a chamada “renovação e superação dialética” frente à obra de Marx e Lênin já que não é visto somente como um aparelho que garante a dominação da classe burguesa. Para o intelectual sardo, o Estado possui uma dupla dimensão: sociedade civil (Portadora material da figura social da hegemonia) e sociedade política (Estado em sentido Restrito ou Estado Coerção). Para maiores detalhes, ver GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

A FLMN nasce em 10 de outubro de 1980 a partir da fusão de cinco organizações de esquerda que existiam em El Salvador: as Forças Populares de Libertação Farabundo Martí (FPL), Exército Revolucionário do Povo (ERP), Resistência Nacional (RN), Partido Comunista Salvadorenho (PCS) e Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centroamericanos (PRTC). Seu nome faz alusão a um grande líder comunista salvadorenho chamado Farabundo Martí (1853-1932), que fundara em 1930 o Partido Comunista Salvadorenho (PCS).

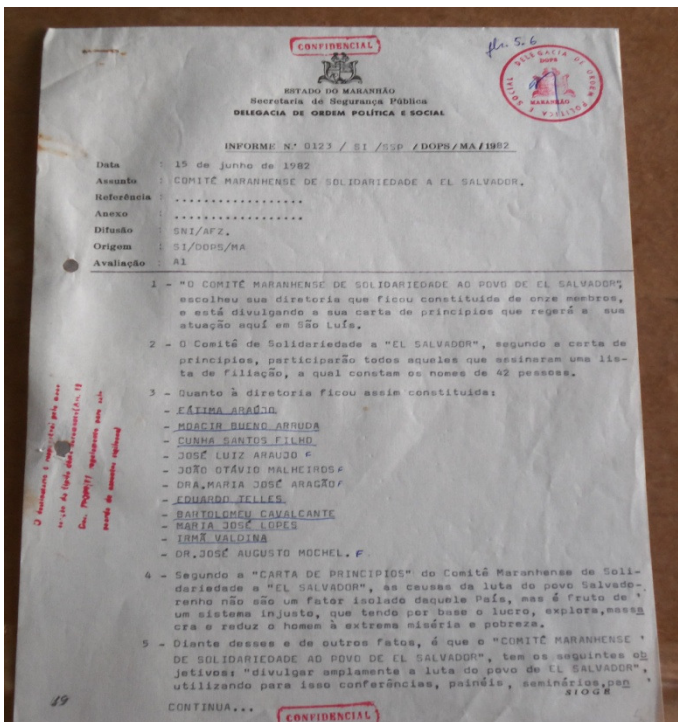
As ações de guerrilha dessa organização vão ganhar destaque no período da guerra civil, iniciada com a morte de um grande ativista dos direitos humanos Oscar Homero, arcebispo de San Salvador, capital do país. A atividade da FLMN ganha bastante proporção no território salvadorenho, chegando esta a dominar 25% do território de El Salvador.

Ao surgir como centro de uma nova perspectiva revolucionária dentro de El Salvador, a FMLN surge num contexto de reorganização e atuação dos setores camponeses e indígenas, que permaneceram afastados da luta política durante muitos anos. A guerra civil iniciada na década de 1970 juntou do mesmo lado organizações políticas (dentre elas o Partido Comunista Salvadorenho), que possuíam orientações ideológicas e organizações de massa diferentes, mas que procuraram uma aliança em prol do combate ao Estado de exceção.

Neste caso, a forte atuação das massas se apresentou como diferencial na revolução salvadorenha. “A luta das massas desempenhou um papel fundamental na revolução. Também sendo a principal retaguarda da FMLN” (GUTIERREZ e MOTA, 2011: 84). Assim, no contexto de guerra civil em El Salvador, a FMLN representou a combinação entre as lutas econômica, política e militar em rompimento com as concepções burguesas e reformistas promovidas pela maioria dos partidos comunistas da América latina. Sendo assim, é possível relacionar os interesses de um comitê proveniente do Brasil de apoio à causa salvadorenha, constituído por importantes lideranças de esquerda no Maranhão que procuraram difundir no país, no início da década de 1980, as ações de guerrilha que buscavam a legitimidade da luta das classes populares em El Salvador.

#### 4. O Comitê Maranhense de Solidariedade a El Salvador

Nesse mesmo período, surge em São Luís o “Comitê maranhense de solidariedade a El Salvador”, que tinha uma diretoria composta por grandes lideranças comunistas no Estado do Maranhão, com destaque para os médicos José Augusto Mochel e Maria José Aragão. Esse comitê acabou sofrendo vigilância da polícia política local (DOPS/MA), sendo formulado um informe datado de 15 de junho de 1982 com objetivo de manter a secretaria de segurança pública a par das ações dessa comissão.



Informe nº0123/ SI/ SSP/ DOPS/ MA/ 1982.  
Data: 15 de Junho de 1982.  
Secretaria de Segurança Pública do Estado Maranhão.  
Ofício que consta nos documentos arquivados no DOPS/MA, organizado em dossiê presente na série intitulada “Documentos Diversos”.  
Caixas arquivadas no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

Afirma-se no informe da Delegacia de Ordem Política e Social que

*“segundo a ‘carta de princípios’ do Comitê Maranhense de Solidariedade a ‘El Salvador’ as causas da luta do povo salvadorenho não são uma fator isolado daquele país, mas é fruto de um sistema injusto, que tendo por base o lucro, explora, massacra e reduz o homem a extrema miséria e pobreza.” (Informe nº0123, 1982, DOPS/MA).*

Podemos perceber com esse documento produzido e arquivado pelo DOPS/MA o exercício de uma polícia política em prol da vigilância das ações comunistas em território nacional, e de suas correlações com as forças de esquerda no exterior. Portanto, em nome da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), instalou-se um complexo sistema de censura e repressão daqueles que fossem classificados como subversivos. Nesta situação podemos perceber que ao se monitorar a atuação de uma comissão em apoio a uma organização socialista de El Salvador, ainda persistia a estratégia militar da guerra fria que definia a guerra como total e absoluta contra quaisquer ações revolucionárias de esquerda.

O Brasil, enquanto principal força econômica e geográfica da América latina apresentava tanto aos olhos dos militares quanto dos norte americanos, certa preferência no combate à ameaça subversiva. Logo, monitorar a ação de um comitê localizado em um Estado periférico do país parecia ser bastante justificável, visto que essa organização tinha o objetivo de divulgar amplamente a luta do povo salvadorenho no Maranhão e/ou Brasil, num momento em que o país ainda vivia as rédeas do autoritarismo.

A repressão desses regimes de segurança nacional através da ação de polícia política pode ser encarada como Terror de Estado<sup>5</sup>, visto que havia o uso da violência estatal, sob a forma de espionagem, apresentava-se em “defesa” da democracia. Assim, ao analisarmos este documento proveniente dos arquivos do DOPS, nos é aberta a possibilidade de reconstituição dois tipos de discurso: o da ordem, que está presente no ato de formulação de um informe com intenção de vigiar um comitê de base socialista, e o de resistência, ao identificarmos que atuavam no Maranhão importantes lideranças de esquerda de grande projeção regional.

Mediante análise desta fonte, podemos observar o intento de coibir qualquer atividade de cunho revolucionário que visasse alterar a ordem social na cidade de São Luís. Neste caso, afirma Tucci Carneiro: “a autoridade policial se põe na função de construtor de uma história oficial, produzindo realidades a partir do uso da violência e do controle exercido pelo DOPS”, logo, o documento produzido por este, aos olhos do setor de segurança estadual, se tornou

---

<sup>5</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos (org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 141 a 176.

uma prova contra os membros da diretoria que naquele momento apoiavam uma organização de cunho socialista no exterior.

Portanto, a ação da polícia faz transparecer a atuação repressiva de um Estado de tipo Ocidental<sup>6</sup> no qual a sociedade civil é complexa e está em equilíbrio com a sociedade política, logo se busca o enfrentamento dos “inimigos” através da repressão direcionada, a partir de uma legislação de segurança nacional. As atividades do DOPS, durante a ditadura civil-militar, encontram-se “legitimadas” através decretos, leis e atos institucionais que favorecem a atividade de espionagem em todo o país. “É assim que a lei no sentido moderno intervém em prol do papel organizador do exercício da violência, considerando-se a resistência das massas populares” (POULANTZAS, 1985: 104).

Ao se elencar os membros da diretoria do comitê, e fazer referencia a carta de principais da organização de apoio a FLMN no Estado do Maranhão, fica perceptível um dos grandes objetivos do órgão de vigilância: o de dificultar o máximo possível à difusão de ideologias e/ou pensamentos divergentes. Procurava-se abafar o discurso daqueles considerados “perigosos”, criando um inimigo, às vezes real ou imaginário, o que acabava se configurando como crime político no entendimento da repressão.

Por conseguinte, o exército e a polícia política acabam se deslocando, muitas das vezes ao longo de todo o Estado de exceção, da função de aparelho repressor atuando como aparelho organizador ideológico<sup>7</sup>. Ou seja, como partido da burguesia, ou da fração dominante da classe dominante que enxergava nas organizações de esquerda, em especial o “Comitê de solidariedade a El Salvador”, uma ameaça em todos os aspectos.

---

<sup>6</sup> A partir da dupla dimensão do Estado (sociedade civil e sociedade política), Gramsci identifica os dois tipos de Estado: Oriental (sociedade civil fraca e predomínio do Estado Coerção com uma sociedade política forte em que deve predominar a Guerra de Movimento) e Ocidental (sociedade civil forte e complexa, em equilíbrio com a sociedade política; deve predominar a Guerra de Movimento como estratégia revolucionária). O Brasil aparece como uma formação de tipo Ocidental, em função da complexização de sua sociedade civil. Para maiores detalhes, ver GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>7</sup> Ver melhor em POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição 1985, p. 39.



Com análise deste ofício, percebe-se a presença de discursos de naturezas distintas, como já afirmamos anteriormente, dentre tais identificamos o discurso de resistência subtendido nas linhas do informe:

*“Diante desses e de outros fatos, é que o ‘Comitê de solidariedade ao povo de El Salvador’, tem os seguintes objetivos: ‘divulgar amplamente a luta do povo de El Salvador’, utilizando para isso conferências, painéis, seminários, panfletos, enfim, o que se fizer necessário para que seja mais conhecida essa luta.” (Informe nº0123, 1982, DOPS/MA).*

No entanto a descoberta de manobras internacionais como esta deixa claro que através da necessidade, por parte do regime autoritário, de controlar as camadas populares a fim de salvaguardar a ordem vigente, acabam por explicitar também a maneira de agir e pensar de um organismo que atuou durante muito tempo em nosso país.

O ano de criação do comitê era 1982, período no qual se havia iniciado o processo de reabertura política iniciado por Ernesto Geisel, que continua em vigência com o então presidente João Baptista Figueiredo. Portanto, a tensão estava se diminuindo, os organismos de oposição ao regime civil-militar possuíam razoável liberdade de atuação, e nesse sentido que o Comitê maranhense de Solidariedade ao povo de El Salvador vai se sentir no direito de solicitar medidas do governo brasileiro perante a situação do povo salvadorenho como informa o ofício 0123 do DOPS/MA:

*Depois, denunciar quaisquer formas de intervenção de outros países no problema de El Salvador, dar apoio político e material aquela luta, exigir o reconhecimento por parte do governo brasileiro, da Frente Farabundí de Libertação Nacional e da Frente Democrática Revolucionária “(Informe nº0123, 1982, DOPS/MA).*

O acervo documental proveniente dos arquivos da polícia política apresenta-se, portanto, como funcional alternativa para o estudo da História do Brasil Contemporâneo. Visto que “podemos encontrar significativos documentos para a reconstituição da história da censura e da repressão no Brasil. Além de múltiplos registros que podem nos ajudar a

identificar os inúmeros grupos de resistência ao autoritarismo e as minorias nacionais perseguidas enquanto indesejáveis.” (CARNEIRO, 2012:03)

## 5. Considerações Finais

No Brasil, desenvolveu-se com a Comissão Nacional da Verdade visando a apurar graves violações aos direitos humanos no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, facilitando a divulgação de documentos que denunciam “práticas nocivas à sociedade (tortura), tornando-se de interesse público.”(COSTA, 2008: 20). Em suma, as questões referentes aos direitos humanos e divulgação de informações antes acessíveis somente ao Estado, acabam por atribuir grande importância às pesquisas executadas nos arquivos públicos, através das fontes documentais oriundas dos arquivos da polícia política (DOPS).

A compreensão e desenvolvimento dos estudos históricos sobre o regime civil-militar instaurado em 1964 perpassam pela nova tendência da historiografia atual em se abordar a História do Tempo Presente. Com a decorrente democratização das fontes provenientes dos acervos da polícia política, cabe a nós historiadores, sabermos problematizar de maneira competente todos os discursos ali presentes direta ou indiretamente.

A partir desse novo olhar sobre documentos ainda não investigados e explorados, importantes abordagens históricas a serem reveladas trarão novos olhares e debates tanto no âmbito da academia quanto da sociedade. Democratizar os acervos da polícia política, e esmiuçá-los em todas as suas perspectivas, identificando os erros de um período tão nefasto da história contemporânea brasileira, servirão de exemplo para que as falhas do passado não se repitam e jamais sejam esquecidas.

## 6. Referências

### I. Documentação Arquivos DOPS/MA

Ofício 0123/SI/DOPS/SSP/MA, contendo informe da Delegacia de Ordem Política e Social sobre o “Comitê de solidariedade a El Salvador”, e que consta nos documentos arquivados no DOPS/MA presente na série intitulada “Documentos Diversos”. Documento localizado no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)

### II. Obras Gerais

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol.1.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os arquivos da polícia política brasileira – uma alternativa para os estudos do Brasil Contemporâneo**. ProIn, Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. S/d disponível em [http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo\\_arquivos\\_policia\\_politica.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf).

COSTA, Célia Maria Leite. **O direito à informação nos arquivos brasileiros**. In: FICO, Carlos. Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas/ Organizadores Carlos Fico...[et al].- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAGALHÃES, Marionildes Dias Brehpol de. **A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos a época da ditadura militar no Brasil**. Revista Brasileira de História, vol. 17 n. 34 São Paulo, 1997.

MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos (org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição 1985.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. São Paulo: Editora Expressão popular 2010.

STEPAN, A. C. **Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. São Paulo: Artenova, 1975.